

Pagamento de dívida do setor público em atraso ^{Pública}

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil não havia conseguido, até ontem, colocar em dia a totalidade dos juros devidos por mutuários do setor público aos bancos credores privados, referentes ao mês de março. O processo de pagamento dos juros ao exterior — de valor calculado pelo Banco Central em US\$ 480 milhões — foi deslanchado no último dia 10, mas desde então o governo vem recebendo dos credores cobranças de pagamentos que permanecem em atraso.

“O que estava identificando até o dia 7 de abril, com aval do Tesouro, nós estamos pagando tudo, mas existem certas coisas que estão aparecendo e que estamos procurando regularizar”, atestou ontem para este jornal o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Andrade Gonçalves.

As pendências envolvem principalmente compromissos de governos estaduais e suas autarquias, além de empresas públicas federais que vivem de dotação orçamentária e, embora o valor do atrasado não seja substancial — calcula-se na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que resta a pagar algo entre US\$ 60 milhões e US\$ 70 milhões — disso depende a liberação da segunda parcela de dinheiro novo dos novos credores.

Esta segunda “tranche” é de US\$ 600 milhões e o governo contava recebê-la na semana passada. “Espero que esteja tudo resolvido nesta semana”, afirmou ontem para este jornal o secretário especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral. Os bancos credores não con-

cluíram o processo de “funding”, pelo qual cada um faz o aporte que lhe cabe na parcela de US\$ 600 milhões, devido a “alguns bancos individuais” que não compareceram com sua parte, informou Amaral.

A STN está procurando rastrear os atrasados dos mutuários finais do setor público — todo devedor interno é obrigado a recolher ao ABC, em dia, o pagamento de juros e amortizações de seu compromisso externo — mas o próprio secretário coloca que é um processo difícil. “Não dá para acompanharmos tudo e quando os credores avisam, vamos atrás”, explicou ele, adiantando que para resolver de vez estas dificuldades a STN está montando um sistema de cadastramento de toda a dívida com aval.

Ele citou, como exemplo, o caso da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) que está com uma pendência de juros que venceram em fevereiro, mas foi reclamado pelo credor. “O orçamento da EBTU não tem um centavo no Ministério dos Transportes e a Seplan precisa fazer o destaque para que o Ministério dos Transportes possa fazer o pagamento, através do Tesouro Nacional”, explicou Andrade Gonçalves, indicando que a STN não tem o controle sobre a ordem de liberação destes recursos que estão alocados no Orçamento Geral da União (OGU).

A Seplan, na semana passada, destacou liberação de US\$ 50 milhões para pagamento de compromissos externos em atraso da EBTU, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e da Porto-brás, em conjunto.